

**“VARIACIONES SOBRE O MESMO TEMA”:
REGIONALISMO LITERÁRIO EM FOCO**

Maria Luiza Germano de Souza*

RESUMO:

O objetivo deste estudo é apontar as direções assumidas pelo regionalismo brasileiro e, sobretudo, o amazônico nos períodos literários que vão do Romantismo ao Pré-Modernismo. No cerne da questão está a discussão crítica dessa categoria literária feita por teóricos, como Antonio Candido (2002; 2009), Afrânio Coutinho (1986), Lúcia Chiappini (1994), Albertina Vicentini (2007) e Alfredo Bosi (1999).

Palavras-chave: regionalismo literário; regional/região; literatura amazônica.

ABSTRACT:

The aim of this study is to point out the directions taken by the Brazilian regionalism and particularly in the Amazonian literary periods ranging from Romanticism to Pre-Modernism. At the heart of the issue is critical discussion of this category made by literary theorists such as Antonio Candido (2002, 2009), Afrânio Coutinho (1986), Lúcia Chiappini (1994), Albertina Vicentini (2007) and Alfredo Bosi (1999).

Keywords: literary regionalism; regional / region; literature Amazon.

Regional

O sino da minha terra

ainda bate às primeiras sextas-feiras,

por devoção ao coração de Jesus.

Em que outro lugar do mundo isto acontece?

Em que outro Brasil se escrevem cartas assim:

*o santo padre Pio XII deixou pra morrer hoje, último
dia das apurações.*

[...]

Nós vamos indo do mesmo jeito,

não remamos, nem descemos da canoa.

[...]

(Adélia Prado, *Poesia reunida* – 1991)

* Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Literatura Brasileira Moderna e Pós-Moderna (UFAM). Professora Assistente de Língua Portuguesa do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia de Itacoatiara (ICET/UFAM).

Regionalismo e sertão: caminhos que se cruzam

Pensar a história do regionalismo brasileiro é se pôr diante de questão singular, uma vez que a temática suscita divergências e convergências de opiniões. No entanto, antes de entrarmos na questão de divergências e/ou convergências de opiniões, faz-se necessário esclarecermos o conceito de regionalismo pensado pela crítica literária. Chiappini (1994, p. 667) considera o regionalismo uma “categoria histórico-crítica” que serve para corroborar ou não discursos que fazem parte de outras disciplinas, não necessariamente da literatura. A autora se refere às discussões por que tem passado a categoria região, pois esta tem assumido pensamentos diversos na geografia, na sociologia, na história e na filosofia.

No que se refere à literatura, as polêmicas relacionadas à região e ao regionalismo, em especial, acompanham a própria história literária brasileira. Isso é percebido desde a carta de Pero Vaz de Caminha, pois, segundo Teles (1996), a oposição litoral x sertão vem sendo elaborada desde os primeiros cronistas. Tal oposição norteará, desde então, as referências ao longínquo, ao distante, ao desconhecido, ao que está além. Categorias espaciais que orientam, também, a de região e a de regionalismo. Esse sentido de sertão e de região assume foros discursivos mais relevantes durante a estética romântica e nos movimentos que foram criados como programas regionalistas – notadamente o *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, em 1926. Na atualidade, a questão ainda causa alguns debates acalorados.

As divergências percebidas entre os teóricos escolhidos são resumidamente as seguintes: segundo Vicentini (2007), o conceito de regionalismo para a ficção brasileira está vinculado à descrição das regiões e dos costumes de determinada localidade que, hoje, parece, segundo ela, se consubstanciar pela parêntese interior/capital.

Coutinho (1986) usa o conceito de regionalismo emprestando-o de George Stewart (1948). Este escritor discute duas possibilidades de verificação do regional. A primeira é pensada em sentido lato, a região é tomada somente como pano de fundo para outros dramas escolhidos a serem retratados pelos escritores, ou seja, a matéria ficcional são os sentimentos, as aflições, o ser no mundo que cada pessoa assume. Nesse caso, o escritor não privilegia de forma acentuada o espaço onde se desenrolam os

conflitos das personagens. Na segunda, o local é usado em sentido estrito. As histórias são narradas em uma dada região e a matéria ficcional é o natural desse lugar: rios, florestas, clima. Esses elementos naturais determinam o viver de seus habitantes e, por conseguinte, a forma de narrar dos escritores.

No entanto, há convergências entre os teóricos pesquisados – Candido, 1989; Chiappini, 1994; Coutinho, 1986 – de que, no geral, para os estudos regionais, a obra literária tem retratado peculiaridades locais, marcadas por meio de uma ambientação própria, cujas temáticas giram em torno do histórico, dos mitos, dos costumes e do folclore.

Há ainda uma ressalva no que se refere ao estudo da história do regionalismo brasileiro: o cuidado com o que se escolhe para ressaltar. Isso porque, no geral, ao se fazer referência ao regionalismo, tem-se a tendência de pensá-lo circunscrito à produção modernista de 1930 ou aos manifestos que defendiam o resgate de temáticas voltadas ao folclore e às tradições regionais. Desse modo, ao estudar o regionalismo, precisamos inseri-lo em abrangência maior de significação, ou seja, o regionalismo deve ser pensado:

à maneira da nossa crítica, que abrange toda a ficção vinculada à descrição das regiões e dos costumes rurais desde o Romantismo; e não à maneira da maioria da crítica hispano-americana, que geralmente o restringe às fases compreendidas mais ou menos entre 1920 e 1950. (CANDIDO, 1989, p. 151).

Além do já referido, as divergências e/ou convergências de conceitos podem ser pensadas a partir do que nos diz Antonio Candido na conferência “A literatura e a formação do homem” (2002). Nesta, o crítico, ao tratar da temática sobre o papel desempenhado pela literatura na formação do homem, elenca alguns aspectos e/ou variações sobre a função social e humana do literário e, nessa perspectiva, nos aponta três funções para a literatura.

A primeira função é a *psicológica*, cuja base está na fantasia. Esta, de certo modo, serve para formar a personalidade, pois, pela fantasia e pelo fictício, nos colocamos diante de “mundos”. Ainda segundo esse aspecto, a fantasia e o ficcional não nos aparecem puros, porque, mesmo quando fantasiarmos, o fazemos a partir de algo dado no mundo real – sentimentos, desejos, paixões, costumes etc.

A segunda função é a *educativa*. A ficção pode instruir não no sentido estrito do pedagógico e de moral e cívica, mas pelo fazer viver mediante a reflexão e a

reordenação do mundo objetivo. Atribuímos significados à vida por meio dos questionamentos feitos a nós mesmos e ao universo em que estamos inseridos.

A terceira função é colocada em uma pergunta: “teria a literatura uma *função de conhecimento do mundo e do ser?*”. (CANDIDO, 2002, p. 85, grifo nosso).

Ao respondermos à terceira pergunta, conforme ele, entramos no âmbito do regionalismo literário. Porque, se ao regionalismo pesa a pecha de representação verossímil do real, ou seja, suas representações teriam relação direta com o mundo a que se propõe retratar e/ou conhecer, pelas representações do mundo conhecemos algo sobre seus habitantes.

Esse autor também traz à baila o papel que tem desempenhado o regionalismo na ficção brasileira ao longo do desenrolar de sua história literária. Desde suas primeiras manifestações, o regionalismo literário tem realçado aspectos de um local, de uma região, valendo-se do destaque dado ora ao ambiente, ora às temáticas escolhidas para descrever esse local ou região.

Bosi (1999, p. 437), ao discorrer sobre a ficção produzida no Brasil, entre os anos 70 e 90, diz que a força da literatura brasileira está “na sua abertura às nossas diferenças”. Como representar tantos brasis? O dos pampas, o do nordeste, o do norte, os das cidades interioranas, o das capitais? Diante de tão grande diversidade, só nos resta pensarmos sobre as animosidades percebidas na receptividade a que o regionalismo literário tem sido submetido. Com tantas diferenças, certamente as formas de representar as regiões são também distintas e igualmente se tornam variadas as maneiras de apresentá-las. Sendo assim, privilegiar aspectos locais é somente um deles. O autor continua indagando:

Regionalismo ainda? Pergunta que provoca outras, mais pertinentes: teriam, acaso, sumido para sempre as práticas simbólicas de comunidades inteiras que viveram e vivem no sertão nordestino, só porque uma parte da região entrou no ritmo da indústria e do capitalismo internacional? (BOSI, 1999, p. 437 – 438).

Perguntas às quais podemos acrescentar outras: como calar a voz de quem quer falar sobre o seu local de vivência? Qual a pertinência de representar o seu *locus vivendi* com as colorações a que está habituado a ver? Como não cantar a cidade de sua infância, palco de elaborações cotidianas?

Por outra forma de olhar a mesma questão, Coutinho (1986) atesta que temos visitas ao regionalismo feitas de maneiras diferenciadas. Assim é que o regionalismo percebido no Romantismo é diferente do que vemos no Realismo, por exemplo. Porque

estamos diante também de tempos diferentes na sociedade, o que possibilitou escrita ou representações variadas na história literária brasileira. Algo que pode trazer a desconfiança de que a escritura literária regionalista está, de certo modo, vinculada aos acontecimentos históricos do país.

Essa forma de ver o regionalismo é corroborada por Chiappini (1994). A escritora diz que o regionalismo recobre, igualmente, uma categoria crítica que tem consonância com ideologias políticas, geográficas ou sociais, e, assim, vem seguindo a historicidade brasileira.

Pressupõe-se que tal categoria, sendo abrangente, constitui uma divisão para verificação. Isso, aliás, é o que Coutinho (1986, p. 237 – 238) faz ao propor regiões culturais para estudo do regional. Essas regiões não coincidem com as regiões geográficas instituídas, apesar de o regionalismo ser “uma colcha de retalhos”, cujas partes fazem a nação e o povo brasileiro. A divisão proposta é formada assim: “a) ciclo nortista; b) ciclo nordestino; c) ciclo baiano; d) ciclo central; e) ciclo paulista; f) ciclo gaúcho.” À divisão anterior é possível acrescentar o Rio de Janeiro e sua zona suburbana, singularizada pelos escritores Lima Barreto, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis.

Regionalismo romântico

O que percebemos da verificação dos críticos literários referidos até então é que tratar do regionalismo pressupõe lidar com divergências ou convergências de opiniões. Não obstante, quase todos os autores verificados concordam em um ponto: o marco de início do regionalismo literário brasileiro se dá com o Romantismo. As obras-marco são as de José de Alencar, na sua proposta de formar uma literatura eminentemente brasileira, desvinculada dos valores europeus – por meio de uma prosa de caráter social-urbana, indianista e histórica –, a obra *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay e *O Cabelo* (1876), de Franklin Távora. Este último ensejou criar uma literatura nortista, que servisse como libelo à literatura produzida no Norte, em contraposição à produzida no Sul. Norte e Sul devem ser entendidos pela divisão do Brasil em duas partes: uma ao norte e outra ao sul, portanto não deve ser confundido com região geográfica.

Ao regionalismo romântico se dá o nome de sertanismo. Nessa perspectiva, Vicentini (2007), ao caracterizar a literatura regional sertanista, à luz das

dicotomizações que a palavra *sertão* tem adquirido nos estudos literários, traz algumas leituras que servem para entendermos as questões levantadas por Franklin Távora ao pensar uma literatura nortista em oposição à sulista. A concepção da categoria sertão foi desenvolvida primeiro por Teles, em 1996, e embasa as ideias inquiridas por Vicentini.

Franklin Távora, no prefácio de *O cabeleira*, inconformado com os caminhos que estava seguindo a literatura brasileira regional, no final do século XIX, resolve defender que, no Norte, há uma quantidade de tradições e crônicas desconhecidas que devem servir para criar uma literatura “propriamente brasileira, filha da terra.” (TÁVORA, 1986, p. 13).

O motivo posto pelo escritor para corroborar sua teoria era que “o Norte ainda não foi invadido como está o Sul de dia em dia pelo estrangeiro.” (*Ibid*, p. 13). A querela entre Távora e Alencar se forma porque, no plano histórico-social, o país não havia conseguido resolver alguns desequilíbrios causados pelos contrastes regionais. Ainda, segundo Távora, havia a preferência em incentivar o Sul do país nas políticas públicas brasileiras, em detrimento ao Norte. Entenda-se Sul não como região geográfica, mas como oposição econômica Norte-Sul do Brasil.

Vicentini (2007), discutindo sobre o assunto, aponta como uma das características principais do regionalismo o seu surgimento como marca de uma identidade de grupo (Sul x Norte). Porém, somente esse aspecto não é suficiente para se distinguir o regionalismo, pois outras formas de representação literária também servem a esse propósito. Ou seja, ser a representação do Norte do Brasil, como queria Távora, por exemplo, não é pressuposto determinante para a existência do regionalismo, porque toda obra tende a escolher um espaço ou ambiente para retratação. Desse modo, o aspecto a considerar deve ser tanto “um recorte temático” quanto o “como se fala” sobre determinado grupo. Não necessariamente o privilégio dado ao espaço rural; ao herói-bandido (*O cabeleira* – sertão); ao índio (*Iracema*, *O guarani*, *Ubirajara* – litoral); ao social-urbano (*Senhora* – Rio de Janeiro) ou ao histórico (*Guerra dos Mascates*).

Portanto, segundo a autora, perceber o regional é vê-lo a partir de dicotomias. Tais dicotomias irão marcar o discurso regionalista por nuances de parênteses temáticas elegidas por Vicentini desde a Carta de Caminha: litoral e sertão – de Caminha a Euclides da Cunha; campo e cidade – de Visconde de Taunay até José de Alencar, incluindo-se aí João Guimarães Rosa; Norte e Sul – nos estudos folclóricos e etnográficos de Couto de Magalhães e Silvio Romero. A parêntese Norte e Sul é

desdobrada em Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Atualmente, na perspectiva da autora, desde Monteiro Lobato, a predominância é pelo par interior e capital.

De fato, percebem-se o par litoral e sertão, campo e cidade e, a mais abrangente, Norte e Sul, na configuração do romance romântico brasileiro. Pode-se dizer que os motivos que norteiam esse privilégio estejam nas raízes das propostas românticas, visto que essa estética se configura no começo de uma visitação ao regional no Brasil.

A proposição maior do Romantismo, notadamente na prosa, foi retratar a realidade de um país que estava em fase de formação. Uma das maneiras encontradas para a afirmação do nacional foi o voltar-se para a realidade local, na tentativa de fundar uma literatura que fosse a expressão da terra e do homem brasileiro. Isso seria conseguido por meio da (re) descoberta do que tínhamos de singular e que não fosse possível encontrar em outra nação. Daí a escolha por temáticas e ambientações que valorizavam a paisagem e a história do homem local. Esses temas, no geral, passavam pelo histórico, pelo passado colonial ou lendário, o litoral, o sertão, a cidade, o campo. Tais escolhas tinham um propósito: o de possibilitar, por meio da literatura, o reconhecimento da capacidade criadora desvinculada de Portugal e à altura de outros centros produtores de cultura na Europa.

Entretanto, não devemos esquecer que o Brasil desejado ou pintado pelos românticos não coincidia com a realidade posta ou percebida na história efetiva do país. Na essência do Romantismo, o que se percebe são contradições, pois a nação ainda se encontrava presa às amarras de uma Europa burguesa e tinha sérios problemas internos como a escravidão, as oposições políticas ferrenhas entre o Norte e o Sul, o analfabetismo. Esses fatos restringiram o público leitor a uma pequena parcela de população letrada. Percebe-se que parte da sociedade:

de um lado, importava formas artísticas e conteúdos sociais da Europa, onde o Romantismo estava identificado com certos valores burgueses, que no Brasil ainda não eram aceitos. De outro, nossos românticos escreviam num país muito atrasado em relação à Europa, mas precisavam mostrar-nos como progressistas e civilizados. (FACIOLI, 1998, p. 6).

Apesar das contradições, o que se divisa nas entrelinhas do movimento é um forte apelo ao regional que serviu, entre outras coisas, para a criação de um público leitor, o conhecimento diversificado do país e a criação de um *corpus* literário e artístico. E de fato, a proposta romântica, vinculada ao apego às tradições locais, fez

com que a escrita literária se libertasse da invocação à mitologia clássica, o que contribuiu para virem à tona mitos indígenas, o folclore, a poesia popular, enfim, particularidades brasileiras.

Mário Vieira de Mello (*apud* CANDIDO, 1989, p. 140), na perspectiva do regional, aborda duas prerrogativas básicas para explicar a criação literária latino-americana e o subdesenvolvimento: “país novo = consciência amena do atraso e pré-consciência do desenvolvimento”. A essas duas, Candido acrescenta uma terceira: a consciência dilacerada do subdesenvolvimento.

A produção literária escrita sob o domínio da “consciência amena do atraso = país novo” tem como marca temporal as realizações literárias até mais ou menos 1930. A consciência amena do atraso está na base do desenvolvimento da estética romântica, uma vez que estávamos diante de um país novo, aberto a muitas possibilidades. Podemos até pensar no *slogan* difundido, em passado mais próximo de nós, de “país do futuro” de grandeza ainda não realizada. No aspecto enfocado, a literatura produzida volta-se para o exótico, o deslumbrante, o desconhecido, o que pode impactar o outro que não tem esses elementos para impressionar. Assim, escrevia-se com o intento de ser único e inédito.

O voltar-se à nação como única, inimaginável, é um estado de compensação pelas faltas inerentes a um país que ainda estava em formação. Desse fato advém a justificativa para as temáticas românticas voltadas para a afirmação do nacional, consolidadas, segundo o autor, no par “terra bela – pátria grande.” (CANDIDO, 1989, p. 141).

A segunda divisão, “pré-consciência do desenvolvimento”, é marcada pelo conhecimento de uma realidade já posta, mas percebida pelo atraso e pela atrofia do país, o que é notado na produção literária de 1930 a 1940.

Podemos retroagir um pouco mais as datas anteriores e colocarmos o Pré-modernismo. Porque, mesmo tendo ocorrido no início do século XX, antes de 1930, e se chocar com a fase anterior, “consciência amena do atraso – 1930”, no que refere ao corte temporal feito por Antonio Candido, em algumas obras pré-modernistas já percebemos temáticas que problematizam realidades locais pontuais. Não esqueçamos que *Os sertões*, de Euclides da Cunha e *Canaã*, de Graça Aranha, são de 1902. As duas obras são estudadas como pré-modernistas e têm recortes locais e/ou regionais bem demarcados: o nordeste brasileiro (*Os sertões*) e a imigração alemã no Espírito Santo

(Canaã). Observa-se que a fase da pré-consciência é verificada nas denúncias sociais presentes em algumas obras desse período.

Na terceira fase, “consciência dilacerada do subdesenvolvimento”, Candido (1989) usa uma nova tipologia para distinguir os autores que, segundo ele, têm uma visão mais universal da região: super-regionalismo. O escritor brasileiro que surge como resultado do dilaceramento dessa consciência é João Guimarães Rosa que ultrapassou, nesse caso, o simples registro localista da região, dando-lhe rebuscamento maior, principalmente pelo apuro no uso da linguagem, potencializada como obra de arte requintadamente elaborada.

Chiappini (1995, p. 158), discorrendo sobre esse assunto, dá outras designações para super-regionalismo, como “*sense of place*” – “Expressão atribuída a escritores novos que a utilizariam com o intuito explícito de se diferenciarem dos velhos regionalistas do ‘*local color*’ norte-americano” –, regionalismo cósmico, hiper-regionalismo. Os termos servem para explicar a produção regionalista de autores que suplantam o tipo de regionalismo que traduz a região pelo folclore, contos, lendas e mitos.

Ainda segundo Candido, nenhuma das situações acima deve ser motivo para invalidação do regionalismo, pois

na América Latina ele foi e ainda é força estimulante na literatura. Na fase de consciência de país novo, correspondente à situação de atraso, dá lugar sobretudo ao pitoresco decorativo e funciona como descoberta, reconhecimento e realidade do país e sua incorporação ao cenário da literatura. Na fase de consciência do subdesenvolvimento, funciona como presciência e depois consciência da crise [...]. A realidade econômica do subdesenvolvimento mantém a dimensão do regional como objeto vivo, a despeito da dimensão urbana ser mais atuante. (CANDIDO, 1989, p. 151).

Simá – marco inaugural do regionalismo romântico no Amazonas

No caso do Amazonas podemos perceber, desde os primeiros escritos sobre a região, a tendência à surpresa com tamanho universo para representar. Diante de natureza tão exuberante, o visitante tende a perscrutá-la na perspectiva da ideia do *sfumato* que leva ao devaneio. Ou seja, o que é físico torna-se algo indiviso, não se percebe a dimensão exata do que é imaginado e do que é real. Ela (Amazônia) seria “o *locus* do devaneio, cujas medidas físicas desaparecem e cujos contornos se tornam *sfumatos* [...] zona indistinta entre o real e o surreal.” (LOUREIRO, 1995, p. 58).

A contemplação e o estado devaneante diante do diferente, do grandioso e do misterioso é somente uma das portas para se explicar a persistência dos escritos locais em se voltarem para o ambiente amazônico. Nos livros que têm o espaço amazônico como escolha, quase sempre nos deparamos com uma fidelidade angustiante às peculiaridades observadas nesse ambiente. Foi assim desde a visitação dos primeiros cronistas-viajantes, inaugurada por Frei Gaspar de Carvajal, espanhol, relator da viagem de Francisco de Orellana, *Descobrimento do rio de Orellana*, 1541 – 1542.

É de Carvajal o primeiro documento no qual se tem conhecimento da chegada dos europeus na região. O que se lê nas páginas do relato de Carvajal é o olhar do navegante sobre o fantástico e o mítico, sobretudo ao referir-se à existência das amazonas, guardiãs do Éden Tropical – o Amazonas. Essa escolha dada ao mítico e ao fabuloso irá acompanhar a produção literária amazonense. Outras temáticas serão pontuais na produção literária local, sobretudo a preferência dos escritores por temas que privilegiam a geografia, os costumes e os aspectos histórico-sociais da região.

No que se refere ao romantismo amazônico, o voltar-se para aspectos regionais será consequência da afinidade dos escritores locais com o meio representado. Assim como Carvajal, os escritores amazonenses escolhem, geralmente, algum dos recortes elencados anteriormente. Iremos perceber tais escolhas em menor ou maior proporção ao longo da história da ficção e da poesia amazonense. Essa predileção se verifica desde antes da incidência do romantismo na região, no período de gestação, na obra *Muhuraida*, do militar português Henrique João Wilkens, escrita em 1785, no Amazonas, e publicada em Lisboa somente em 1819. Essa obra é uma epopeia que registra a tentativa de conversão do povo muhura ao catolicismo. Temos, então, a temática histórico-social de um dos povos que formam o estrato indígena regional.

No entanto, não é intenção deste trabalho enumerar autores e obras que se abeberaram das premissas românticas no Amazonas. Porém, há um exemplo pertinente que iremos pontuar, dada a importância de ser ele o precursor da estética romântica entre os amazonenses: Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, autor do romance *Simá – Romance Histórico do Alto Amazonas*, publicado em Recife, em 1857.

A importância desse romance pode ser percebida por sua data de edição. A época de publicação antecipa a de nosso primeiro romance indigenista, cuja personagem principal é feminina, *Iracema* (1865), sendo também da mesma data de publicação de *O Guarani* (1857), de José de Alencar. No romance *Simá* é feita a ressignificação de um

aspecto da história oficial amazônica, qual seja, a revelação do modelo português de colonização, dada a cabo pelo Marquês de Pombal – Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782).

O período colonial no Amazonas é marcado pela inserção de políticas econômicas pombalinas no norte do país. As medidas adotadas para a região são, grosso modo, as mudanças no que se referem à mão-de-obra indígena na região, incentivo à agricultura, expulsão dos jesuítas, criação dos diretórios dos índios etc. (FREIRE, 1991, p. 55 – 62).

As políticas capitalistas de Pombal para a Amazônia são a justificativa para um dos veios fabulares de Araújo Amazonas, ao tratar da revolta de Lamalonga (1757), que ocasionou o sumiço dessa povoação, além de Caboquena e Bararoá. (GONDIM, 1996, p. 57).

A heroína, ao contrário de Iracema, não é índia, e sim mameluca, filha de um português (Régis) e de uma índia (Delfina). Dessa maneira, observa-se o cruzamento de duas raças, algo similar a *Iracema*. Simá ao tematizar sobre o índio, o domínio português e sobre o aspecto apontado anteriormente da história amazonense, tem em suas bases, segundo Gondim (2003), a busca da identidade e a “preservação da cultura autóctone.” Assim:

O tuxaua e rico comerciante manau, que de Marcos passa a se chamar Severo, sintetiza a busca na própria perda da identidade, justificada pela mudança de nome; o tuxaua Mabbé, por outro lado, representa e preservação da identidade indígena, principalmente ao revelar a hipocrisia subjacente às leis pombalinas do Diretório de Índios, que legalizavam uma igualdade étnica inexistente. (GONDIM, 2003, p.7).

Da leitura de *Simá* já percebemos alguns recortes temáticos presentes no regionalismo brasileiro, principalmente no que se refere aos grupos sociais representados: o mameluco, o missionário, o regatão e o índio, este último considerado como representante da autenticidade brasileira e, nesse caso, da Amazônia.

Novas inspirações regionais: Realismo/Naturalismo e Pré-modernismo

Saindo do âmbito do Romantismo, iremos encontrar novamente o regionalismo na estética naturalista. É o que Bosi chama (1999, p. 194) de “Naturalismo de inspiração regional”. No recorte dado pelo crítico, nos deparamos com escritores que ora sim, ora não terão a presença de elementos do regionalismo, inserindo-o dentro de um programa que tinha como pressuposto uma realidade singular a ser descrita: o embrutecimento do homem em meio à natureza hostil e alguns problemas sociais regionais.

O naturalismo de inspiração regional é pensado como uma “consciência amena do atraso”, na divisão proposta por Candido (1989, p. 141). O regionalismo, percebido nos autores do período da consciência amena do atraso, faz aparecer uma ficção que dá destaque substancial a algumas questões que passam pelo social. Esse período elegerá determinadas proposições que giram em torno do rural, da seca, da imigração, do retirante, dando a tais temáticas contornos físicos e sociais do homem dilapidado diante do meio e de políticas públicas inexistentes.

Podemos colocar como representantes desse período os livros *Dona Guidinha do poço* (1952), de Manuel de Oliveira Paiva, cuja temática gira em torno dos retirantes da seca e as virtuosidades de Dona Guidinha; *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio – a insipidez do Ceará como pano de fundo para mostrar a personagem Luzia-Homem e os problemas que enfrenta ao participar da fuga da seca com um grupo de retirantes. *O missionário* (1888), de Inglês de Sousa, em que o espaço privilegiado é a Amazônia e a temática, o celibato clerical, cujo destaque dado é desviado também para mostrar minuciosamente a paisagem equatorial, no seu “primitivismo” e hostilidade, e o homem impotente para resistir aos instintos que lhe afloram nesse ambiente. Assim representada, a região é o local que revela uma face da sociedade, prestando-se a ser uma “forma de conhecimento e vivência solitária dos diferentes problemas do homem pobre brasileiro.” (CHIAPPINI, 1995, p. 155).

O que se percebe é que a prosa regionalista naturalista tem diferenças significativas em relação ao Romantismo. O Realismo/Naturalismo, ao contrário do Romantismo, não recorre ao mítico, e nem à exaltação da pátria. Os escritores desse período se voltam para os problemas sociais da nação, sendo um regionalismo “empenhado, documentário de áreas problemáticas”. (CANDIDO, 1989, p. 151).

O documento dos conflitos sociais atinge o ápice na prosa regionalista da geração modernista do romance de 1930. Porque, enquanto no romance regionalista de viés realista/naturalista o homem é estigmatizado pelo futuro progresso da nação, na ficção produzida, sob o jugo da pré-consciência do atraso (1930 – 1940), há um voltar-se contra as classes dominantes. Isto é, o que acontece com o ser humano é justificado, sobretudo, pela violência com que se dá a pressão do econômico, principalmente na passagem da consciência de “país novo” para “consciência de país subdesenvolvido”.

Outro viés da prosa de feição regionalista, um pouco mais tardia do que a regionalista naturalista, chega já quase ao final do Pré-modernismo com outra proposta.

Nesse outro modo de olhar a questão regionalista, teremos a focalização da cultura do habitante da roça destacados na sua rusticidade e oralidade peculiares. Assim, há o resgate das lendas, dos costumes, do folclore etc., com o uso de técnicas novas de composição. Os escritores desse período buscaram “modos de expressão nativos e populares, estilo, ritmo, imageria e simbolismo e ponto de vista [...] valores culturais movidos pela tradição, que exerce papel de libertadora e não confinante.” (COUTINHO, 1986, p. 235).

A aproximação com o habitante do interior é percebida, notadamente, em alguns prosadores desse período que fizeram do regionalismo um programa. Os escritores responsáveis por esse exame são dentre outros, segundo Bosi (1999, p. 207): Hugo de Carvalho Ramos, autor de *Tropas e Boiadas* (1917), que escreve sobre o folclore e aspectos locais de Goiás; e Simões Lopes Neto, *Contos Gauchescos* (1926), *Lendas do Sul* (1913), que mostra peculiaridades do lendário e do folclore do Rio Grande do Sul.

Tais escritores têm como características basilares a descrição fidedigna ao que escolhem para narrar e a inserção da literatura brasileira voltada para um meio “ainda virgem” – o rural. Algo não retratado anteriormente, o que os coloca como precedentes dos modernistas, na perspectiva de terem acenado às temáticas que privilegiavam “a realidade brasileira total, não apenas urbana”:

O projeto explícito dos regionalistas era a *fidelidade ao meio a descrever*: no que aprofundavam a linha realista estendendo-a para a compreensão de ambientes rurais ainda virgens para a nossa ficção. Voltando as costas para as modas que as elites urbanas importavam, tantas vezes por mero esnobismo, puseram-se a pesquisar o folclore e a linguagem do interior [...]. (BOSI, 1999, p. 207, grifo do autor).

Intervalando as estéticas literárias precedentes e a Semana de Arte Moderna de 1922, tem-se o Pré-modernismo que, na própria acepção, já carrega a marca do anterior, do divisor de águas. Não traz rubrica de nenhuma estética literária, é apenas uma transição marcada pela escritura peculiar já pontuada por alguns pressupostos temáticos ou formais que serão abarcados com maior vigor pelo Modernismo. Outra marca pré-modernista é o distanciamento temático e formal das escolas precedentes no que se refere à problematização da realidade brasileira de então: “Creio que se pode chamar de pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vivos de 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural.” (BOSI, 1999, p. 306).

Ainda segundo Bosi (1999), duas forças contrárias agem sobre a produção literária brasileira sob o Pré-modernismo e do que lhe segue, o Modernismo: uma centrípeta e outra centrífuga. Na primeira, percebe-se o voltar-se para os temas de preocupação nacional. Da primeira premissa se justifica a escrita de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, livro em que o escritor faz uma radiografia do homem sertanejo por intermédio de seus aspectos geográficos, antropológicos e históricos do sertão – a terra, a raça e o homem –, e Monteiro Lobato, resumindo o caipira brasileiro marginalizado na figura de Jeca Tatu.

Na segunda, a força centrífuga, que abrange as novidades vindas de fora, o que se explica pela profusão de –ismos que chegaram ao país via manifestos – Dadaísmo, Surrealismo, Cubismo etc. Nesse caso, percebemos, sobremaneira, o abarcamento das propostas dos manifestos na poética de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, quando usam as palavras em liberdade, imaginação “sem fio”, a simultaneidade, o poema-piada, a acentuação variada, as transgressões sintáticas em livros como *Pau Brasil* (1925), de Oswald de Andrade e *Paulicéia Desvairada* (1922), de Mário de Andrade, somente para citarmos dois exemplos.

Na fase Pré-modernista, vemos uma preocupação crítica com a realidade brasileira que será problematizada em seus aspectos sociais e culturais. Essa preocupação já havia sido sinalizada em algumas produções de cunho naturalista-regionalista. Daí surgir um novo tipo de regionalismo literário, cujo *leitmotiv* maior é a focalização de tipos brasileiros marginalizados. As dicotomias nacionais são o alvo dos escritores que as representarão na forma de temáticas regionais bem pontuadas: o cangaço no Nordeste; a Guerra de Canudos, na Bahia; a chegada dos imigrantes no Sul do país; a exploração da borracha na Amazônia.

Nesse ponto de exploração da borracha no Amazonas e da representação da região como lugar inóspito e longínquo, temos duas obras basilares: *A Selva*, de Ferreira de Castro, romance publicado em 1930 e *Inferno Verde* (1908), de Alberto Rangel.

Sobre o livro *A Selva* não tecerei comentários porque, devido à data de publicação, deve ser pensado em consonância com os romances da década de trinta. *Inferno Verde*, por sua vez, traz a temática recorrente da prosa de ficção sobre a Amazônia: a presença do infernismo e do edenismo. Ou seja, geralmente, para o “estrangeiro” a região é tida como éden, paraíso, jardim das delícias, das bem-aventuranças. Entretanto, pode ser igualmente um inferno devido às doenças tropicais,

aos insetos e ao clima sufocante da floresta. Essas categorias são visualizadas ao lermos o primeiro conto do livro: “O tapará”.

Na primeira imagem da Amazônia, vislumbrada no conto “O tapará”, nos defrontamos com um lago de mesmo nome. Antes de conseguirmos atravessá-lo, temos que passar por todos os percalços que uma entrada na mata amazônica requer – a iniciação. Para chegar ao lago, percorre-se longo trajeto, em trilhas difíceis de penetração; à tarde, na floresta, o calor é insuportável, parecendo um deserto de tão quente.

Portanto, aos não iniciados, a tarefa de penetração é árdua porque não estão habituados com o inóspito do ambiente. Numa alegoria, o tapará pode ser pensado como o lugar onde todos os outros contos irão ser ambientados: a Amazônia, com sua grandiosidade e dificuldades de penetração. Tanto é assim que, somente depois de descrever todo o lago é que aparece o homem (Palheta e o filho), incrustado, no meio do nada, salgando pirarucu. Logo, diante de natureza aparentemente tão negativa para quem olha de fora (inferno), para o homem local, acostumado a essa cotidianidade, ela é positiva (paraíso). O lago é a visão do paraíso, pois ele (Palheta) tem o alimento para a família:

à beira desse abismo de corrupção [...] fazem a estação da salga o velho Palheta e o filho. Em setembro abalaram eles da “terra firme” para as “feitorias” no lago, trazendo as mulheres e os cães. Levam quatro meses eternos essas criaturas, debruçadas à borda dessa cova. (RANGEL, 2000, p. 45, aspas do autor).

Encerramos aqui o nosso inventário das obras românticas, realistas e pré-modernistas que podem ser elencadas enquanto regionalistas. No entanto, há outra discussão pertinente relacionada a essa temática: podemos admitir o regionalismo como discurso performativo, conforme Bourdieu (2007). Se partirmos desse pressuposto, temos que assumir também que a categoria carrega um discurso impositivo, de competência, de consagração e de poder, já instituído e aceito. Ou melhor, há uma força homogeneizadora que subjaz ao discurso regionalista, o qual possibilita uma estereotipia de desvalorização da escrita “de cor local” e de suas representações em prol de uma escrita regional chamada de universal.

Assim, surge outra maneira de categorizar o escritor regionalista. Essa nova forma de categorização é eufêmica, porque se tenta tipificar, sob outras designações, o escritor que usa o ambiente regional somente como *locus* de suas narrativas. Nesse caso, a atenção do autor recai sobre temáticas que passariam por todos os homens. Segundo

Chiappini (1995), conforme já mencionado, esses escritores são chamados de regionalistas cósmicos, universalistas, espiritualistas ou super-regionalistas.

Dessa forma, retomando Bourdieu, o privilégio ao localismo feito por alguns escritores seria um discurso de não sagração, pois já se aceitou, como verdadeiro, que o regionalismo não deve particularizar somente o local. Ao contrário da escrita de outros escritores que usam o local somente como ambientação para seus personagens. Tal pensamento pode ser refutado pelo que é proposto por Chiappini (1994) para o regionalismo. A escritora, ao tratar das restrições conceituais do regionalismo literário, considera-o categoria histórico-crítica, a qual deve ser pensada de forma abrangente e que abarca autores de diversas regiões do Brasil. Se é abrangente, nos autoriza a pensá-lo também de modo diversificado e não somente inseri-lo em discursos bairristas ou de sagração, ou seja, aceitar os discursos já consagrados e instituídos e hostilizar os escritos que ainda não conseguiram reconhecimento do público e da crítica.

Referências

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Simá – romance histórico do Alto Amazonas**. 2. ed. revista. Manaus: Valer, 2003. (Resgate II, 12)

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para a reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. p. 107 - 132.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: DANTAS, Vinicius (Org.). **Textos de intervenção**. São Paulo: Editora 34, 2002. (Coleção Espírito Crítico). p. 77 – 92

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989, p. 140 – 162. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/candido/candido.pdf>> Acesso em: 28 de maio de 2009.

CHIAPPINI, Ligia. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina, literatura e cultura**. São Paulo: memorial da América Latina; Campinas: UNICAMP, 1994, v. 2.

_____. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo literário. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 153 – 159. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/170.pdf>> Acesso em: 25 de março de 2009.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 3. ed. Niterói (RJ): José Olympio, 1986.

FACIOLI, Valentin. Pátria, natureza e sentimentos. In: _____. (Org.). **Poesia brasileira: Romantismo**. São Paulo: Ática, 1998, p. 5 – 15. (Série Bom Livro, antologia)

FREIRE, José Ribamar Bessa. **A Amazônia colonial** (1616 – 1798). 4. ed. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1991.

GONDIM, Neide. **Simá, Beiradão e Galvez, imperador do Acre (ficção e história)**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1996.

_____. Apresentação do romance Simá. In: AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo.

Simá – romance histórico do Alto Amazonas. 2. ed. revista. Manaus: Valer, 2003. (Coleção Resgate II, v.12)

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Manaus: Valer, 2000. (Coleção Resgate II, v. 4).

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. Texto integral. Rio de Janeiro: TecnoPrint, 1986.

TELES, Gilberto Mendonça. O lu(g)ar do sertão na poesia brasileira. In:_____ (Org.). **A escrituração da escrita: teoria e prática do texto literário**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e cultura**, Goiás, v. 10. n. 2, jul.-dez. 2007, p.187 – 196. Disponível em <<http://www.redalyc.uaemex.mx/redalgc/pdf/70310205.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2009.

Recebido: 30/10/2013

Aprovado: 20/11/2013